

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MINUTA DE APROVAÇÃO

ASSUNTO: DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO ANO FINANCEIRO DE 2012 E
APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS,
DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS

A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ORDINÁRIA
realizada em 27 de ABRIL de 2013, deliberou aprovar por
maioria, o ponto número 4 da Ordem de Trabalhos, acima
descrito em assunto, com a seguinte votação:-----

VOTOS A FAVOR 58; ABSTENÇÕES; 10 VOTOS CONTRA 0

No acto da votação estavam presentes 68 elementos dos Grupos
Municipais com assento na Assembleia Municipal,-----

Justificaram o seu voto os senhores:-----

Esta Minuta produzirá efeitos imediatos e foi aprovada na data acima
mencionada por Amara,-----

Amarante/Assembleia Municipal, 27 de ABRIL de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL [assinatura]

O PRIMEIRO SECRETÁRIO [assinatura]

O SEGUNDO SECRETÁRIO [assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE

Deliberação n.º 148/2013

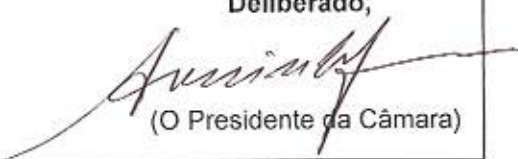
Reunião Extraordinária

Nº 01 DA ORDEM DE TRABALHOS

de 08/04/2013

Deliberado,

EXTRA AGENDA


(O Presidente da Câmara)

ASSUNTO:- PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO.- “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2012/Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais – Aprovação e Submissão à Assembleia Municipal.- (Registo n.º.3605/2013/04/03).

DELIBERAÇÃO:

a Câmara, por maioria, delibera:

- a) Aprovar, nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 2, alínea e), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e alterações subsequentes, os documentos de prestação de contas relativos ao ano financeiro de 2012 e Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais
- b) Propor ao Órgão Deliberativo, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações subsequentes), que o montante relativo ao resultado líquido do exercício, de 2.121.871,64 euros, seja aplicado da seguinte forma:
- 5% para a conta 571 – Reservas legais: 106.093,58 euros;
 - o restante para a conta 51 – Património: 2.015.778,06 euros.
- c) Dar conhecimento ao Órgão Deliberativo das declarações relativas à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas,
- d) Remeter à Assembleia Municipal para, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea c), *in fine*, da referida Lei n.º 169/99, apreciar e votar os documentos referidos em a).-----
Abstiveram-se os Senhores Vereadores do PSD.-----
Para efeitos imediatos.-----

Aprovado por unanimidade

Aprovado por maioria

2012

Documentos
de Prestação
de Contas

Município de
amarante

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signatures in blue ink]

ÍNDICE

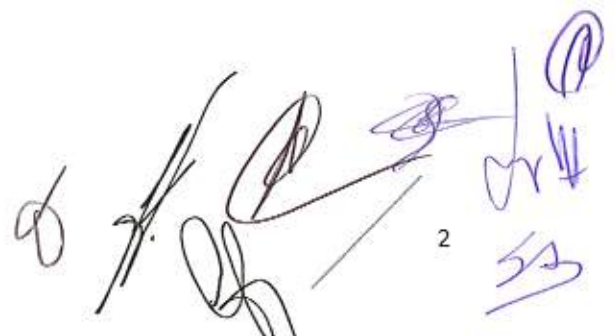
1. Relatório de Actividades e de Contas do ano de 2012
2. MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ÓTICA ORÇAMENTAL.
 - 2.1 Resumo das Receitas e das Despesas
 - 2.2 Controlo Orçamental da Receita
 - 2.3 Controlo Orçamental da Despesa
 - 2.4 Execução do PPI
 - 2.5 Execução das GOP's
 - 2.6 Fluxos de Caixa
 - 2.7 Contas de Ordem
 - 2.8 Operações de Tesouraria
 - 2.9 Empréstimos
 - 2.10 Contratos de Locação Financeira
 - 2.11 Outras Dívidas a Terceiros
 - 2.12 Modificações do Orçamento – Receita
 - 2.13 Modificações do Orçamento – Despesa
 - 2.14 Modificações ao PPI
 - 2.15 Modificações às GOP's
 - 2.16 Contratação Administrativa
 - 2.17 Transferências Correntes – Receita
 - 2.18 Transferências Capital – Receita
 - 2.19 Transferências Correntes – Despesa
 - 2.20 Transferências Capital – Despesa
 - 2.21 Transferências para as Juntas de Freguesia
3. MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ÓTICA PATRIMONIAL
 - 3.1 Balanço
 - 3.2 Demonstração de Resultados
 - 3.3 Anexos às Demonstrações Financeiras
4. OUTROS DOCUMENTOS EXIGIDOS
 - 4.1 Caracterização da Entidade
 - 4.2 Guia de Remessa da Conta
 - 4.3 Ata da Reunião em que foi discutida e votada a conta
 - 4.4 Norma de Controlo Interno e suas Alterações
 - 4.5 Resumo Diário de Tesouraria
 - 4.6 Síntese das Reconciliações Bancárias
 - 4.7 Mapas dos Fundos de Mancio
 - 4.8 Relação de Acumulação de Funções
 - 4.9 Relação Nominal dos Responsáveis

RELATÓRIO DE GESTÃO



ÍNDICE

Mensagem do Presidente	3
Relatório de Gestão do Exercício Económico de 2012	5



2

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Gestão, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o preceituado no ponto 13 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade Local), reflete a Execução do Orçamento do Município de Amarante para 2012.

Este Relatório materializa os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos, bem como as alterações patrimoniais e os resultados económicos obtidos.

A prática de atos financeiros de efetivação da despesa e arrecadação da receita encontra-se subordinada ao cumprimento de inúmeras normas financeiras, com implicações *sui generis* para os intervenientes do processo da gestão de dinheiros públicos, donde emerge a responsabilidade financeira.

Existe, por, isso uma maior responsabilidade que não nos deixa baixar a guarda em relação à prudência que os eleitos locais devem, incondicionalmente, curar na prática de atos que, pelo sufrágio, lhe foram cometidos.

O ano económico que ora se leva à aprovação dos Órgãos do Município teve o condão de ser banhado pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), cuja agenda nela escondida apenas procura misturar os cumpridores com os incumpridores para, de forma cega, paralisar a atividade económica e denegrir a imagem de todos.

O ano financeiro de 2012, em termos de resultados, quer orçamentais, quer patrimoniais, em contra-ciclo com a economia nacional, é manifestamente positivo.

Este exercício fica marcado por uma conjuntura económica desfavorável, infelizmente, em crescimento, com a República ainda sem a tão desejada soberania orçamental e, por isso, dependente da Troika e do *Memorando de Entendimento*, tecnicamente designado de forma abreviada por PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira).

Portanto, continuamos ao longo dos anos a levar a cabo uma gestão prudente, séria e consentânea com a nossa capacidade de gerar fluxos financeiros. Por mais paradoxal que possa parecer, desde sempre cumprimos com uma verdadeira Lei dos Compromissos, ao honrá-los perante quem nos obrigamos.

Este é, pois, o maior contributo que podemos dar à economia local: pagando a tempo e horas!

Em paralelo, curamos pelo cumprimento do princípio da equidade intergeracional, relativo à distribuição de benefícios e custos entre gerações, implica a apreciação nesse plano da incidência orçamental:

a) Das medidas e ações incluídas no plano plurianual de investimentos:

- b) Do investimento em capacitação humana co-financiado pela autarquia local;
- c) Dos encargos com os passivos financeiros da autarquia;
- d) Das necessidades de financiamento do setor empresarial local, bem como das associações de municípios;
- e) Dos encargos vencidos e não liquidados a fornecedores;
- f) Dos demais compromissos financeiros de caráter plurianual.

Pois só assim conseguimos obter um resultado positivo a transitar para a gerência seguinte de 3.247.016 euros com uma taxa de execução global de 80,3%, sendo que em termos físicos foi de 80,4% e de 86,6%, em termos de lançamento de obras.

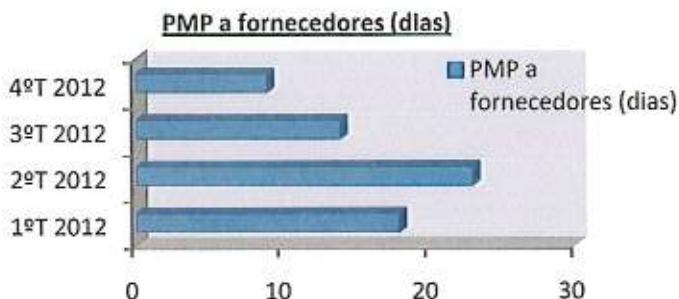
As receitas próprias, fruto da queda da economia, decresceram 460.926 euros (4%) relativamente ao no anterior, bem como as transferências do Orçamento Geral do Estado em 724.082 euros (5%).

Malgrado esta quebra de receita, conseguiu-se uma poupança de 1.490.789 euros para alimentar a despesa de capital.

Aspeto que deve ainda ser vincado – salvo douda melhor opinião – é o nosso prazo médio de pagamentos registado por trimestre, ora retratado no quadro infra.

PMP*	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a fornecedores (dias)	18	23	14	9

* Informação validada pela DGAL



É ainda de assinalar que no final do ano 2012 o Município não mantinha quaisquer pagamentos em atraso, sendo que o conceito de dívida em atraso a fornecedores utilizado é o plasmado no disposto no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio isto é, na falta de pagamento após 90 dias da data devida para o pagamento ou, na sua ausência, da data da fatura.

Calendário de faturação	≤60 dias	>60 e ≤90 dias	>90 e ≤120 dias	>120 e ≤180 dias	>180 e ≤240 dias	>240 e ≤360 dias	>360 dias
Aquisição de bens e serviços correntes	79.414,35						
TOTAL GERAL	79.414,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

E o que, de facto, sustenta a nossa economia, é seguramente o cumprirmos as nossas obrigações atempadamente para não prejudicarmos financeiramente terceiros.

O que, neste caso, trás consequências positivas, pois que são muitos os concorrentes a apresentar propostas para contratos de empreitada com preços abaixo do preço base, por transmitirmos confiança àqueles que pretendem ser nossos co-contratantes de que os planos de pagamento contratualizados são cumpridos na íntegra.

Ainda no que concerne aos contratos de empreitada, é de registar o facto de que naquelas que foram concluídas em 2012, não existirem "trabalhos a mais".

Por outro lado, os recursos humanos não foram descurados e, nesse sentido, continuamos a apostar na qualificação destes ativos. Foram realizadas 5.394 horas de formação, em que foram envolvidos 123 formandos em 18 cursos / ações.

Durante o ano de 2012 registaram-se as seguintes atividades, tendo em vista a prestação de um serviço de maior qualidade ao Município:

- Aquisição de novas ferramentas informáticas, em particular no serviço de gestão dos passes escolares de mais de 3000 alunos, assegurando maior comodidade e oferta de outros de meios de pagamento, com a vantagem de libertar postos de trabalho para outras funções.
- Implementação e certificação pela APCER de Sistema de Gestão da Qualidade a todas as unidades orgânicas do Município.

Por outro lado, trazendo novamente à colação o princípio da equidade intergeracional, continuamos a dispor de uma saudável capacidade de endividamento, sendo o de médio e longo prazo de 10.606.190 euros e o endividamento líquido de 5.146.008 euros, de acordo com as regras definidas na Lei das Finanças Locais, sem contudo deixar de amortizar a dívida contraída para investimento.

Acresce ainda o facto de, por força de gestão responsável, não termos necessidade de utilizar o mecanismo de envidamento de curto prazo, por inexistência de dificuldades de tesouraria,

mas que que, por mera hipótese académica, se tal viesse a acontecer, teríamos uma margem de 1.780.952 euros.

Por outro lado, tem havido a preocupação, por razões de natureza social, pautar a nossa atuação pelo não agravamento das taxas e preços cobrados aos particulares, em sede de operações urbanísticas, e de prestação de serviços essenciais, como é o caso do abastecimento de água e saneamento, culminando nas taxas mínimas no caso do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Ainda por fortes razões de natureza social, mantemos os programas de apoio ao arrendamento e voluntariado jovem, para auxiliar os mais socialmente desfavorecidos.

A execução dos Documentos Previsionais de 2012 cumpre o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, o qual estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

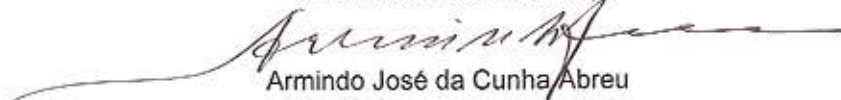
Na verdade, o legislador não exige verdadeiramente que os ditos instrumentos de gestão estejam equilibrados, exige, isso sim, que as despesas correntes não excedam as receitas correntes. Tudo o resto, tal qual seja a equivalência numérica entre ambas e o excedente destas últimas (*superavit*), consubstancia soluções que se consideram jurídico-financeiramente válidas, o que significa que o desequilíbrio excedentário não torna o orçamento inválido.

Este é, pois, um legado que permite encarar o futuro com otimismo.

Assim, por estarmos perante um exercício da atividade municipal marcada por responsabilidade, transparência e seriedade, como aliás se espelha no relatório infra, devem ser votados favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas de 2012.

Paços do Município de Amarante, 3 de abril de 2013.

O Presidente da Câmara,



Armino José da Cunha Abreu



6

Município de Amarante
Telefone: +351 255 420200
Fax: +351 255 420 201
Endereço Internet: <http://www.cm-amarante.pt>
Endereço email: geral@cm-amarante.pt



7

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012

1. INTRODUÇÃO

O relatório que ora se apresenta resulta das disposições constantes da alínea b), n.º 1 do artigo 3.º e n.º 1 do artigo 47 da Lei das Finanças Locais¹ e ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais = POCAL).

Com ele pretende-se fazer uma análise das vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Amarante relativas ao ano financeiro de 2012 e, bem assim, da sua evolução face aos últimos exercícios económicos.

Todavia, não se pode deixar de sublinhar que o ano em análise continua marcado pelo pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional. Aquele surge na sequência da ineficácia das medidas de consolidação orçamental e de contenção da despesa pública face à perdurante crise das dívidas soberanas que, de um modo especial, atingiu a Zona Euro, gerando a atual "crise sistémica".

Consequentemente, a evolução económica portuguesa em 2012, está, pois, limitada pelo processo de ajustamento macroenómico no contexto do PAEF², apontando todas as projeções para uma forte contração da economia portuguesa em 2012 e em 2013.

Não obstante esta adversidade, continuamos na linha da frente dos Municípios que cumprem as suas obrigações contratuais, sem pagamentos em atraso e, *last but not least*, sem prejudicar a nossa capacidade de financiamento para investimento, gozando de margem confortável de endividamento como se alcança do Quadro n.º 20.

Nestes termos,

Enumeram-se algumas das ações e projetos realizados durante o ano findo:

As Funções Sociais absorveram 75% da despesa efetuada, sendo de destacar:

- Educação:

Obteve uma taxa de execução de 86%, o que equivale a um investimento de **6.948.732,09 euros**, donde se destacam:

- Conclusão dos Centros Escolares:

¹ Aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e alterações subsequentes.

² Programa de Assistência Económica e Financeira Internacional.

- a) Madalena / Lufrei – 1.851.037,97 euros;
- b) Vila Garcia / Gatão / Chapa / Abolm – 1.574.396,41 euros;
- c) Escola Básica integrada de Telões – 1.288.282,08 euros.

- Aquisição de equipamento informático (hardware e software) para as escolas do ensino básico;
- Apoio à instalação e funcionamento e funcionamento das cantinas, incluindo aquisição de equipamentos;
- Por recurso a administração direta efetuaram-se diversos trabalhos de reparação e montagem de mobiliário e equipamento em diversas escolas e pré-primários;
- Manutenção da autonomia financeira dos pré-escolares e escolas do 1º ciclo, dotando-as de verbas próprias para o desenvolvimento das suas atividades pedagógicas;
- Aquisição de material didático, combustível para aquecimento e pequenas reparações para o ensino pré-escolar.

- Habitação:

- Concessão de subsídios ao arrendamento para famílias de reduzidos rendimentos, tendo sido elaborados e apoiados 102 agregados familiares.

- Acção Social:

- Programa de Apoio ao Voluntariado Municipal, com apoio a 104 jovens universitários.

- Ordenamento do Território:

- Aquisição de soluções cartográficas e de deteção remota;
- Arranjo de passeios e espaços públicos e de lazer.

- Cultura:

- Realização do Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes;
- Remodelação do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso;
- Prossecução da vasta e variada atividade cultural, com destaque para o protocolo celebrado com a Orquestra do Norte, na área da música;
- Execução do projeto de *Recuperação do Cine-Teatro de Amarante*;
- Realização de exposições temporárias e atividades educativas;
- Aquisição de fundos documentais;
- Aquisição de obras de arte e de restauro.

9

- Desporto, juventude, recreio e lazer:

- Projeto de reabilitação das Piscinas Municipais de Amarante;
- Projeto do Pavilhão Desportivo EB 2,3 de Telões;
- Diversas empreitadas de ampliação e grandes reparações dos recintos desportivos, nomeadamente Pavilhão Desportivo de S. Lázaro;
- Aquisição de mobiliário e equipamento para as instalações desportivas municipais.
- Festival SOM D'OS DIABOS;
- Universidade Júnior em parceria com a Universidade do Porto;
- Diversas atividades no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas.

As **Funções Económicas** absorveram 8% do total das despesas e são de destacar as seguintes ações:

- No domínio da rede viária:

- Repavimentação da Estrada Real, entre a Associação Desportiva e o Largo de S. Gens – Freixo de Cima*.
- Pavimentação da Estrada Pombalina – ex- EN 101, desde a EM 577 até Gondar. Bustelo*;
- Alargamento e pavimentação da Rua da Cavaleira e da Rua da Bouça da Estradinha, Vila Chã*;
- Repavimentação da EM 757 desde a EM 572 até ao Mosteiro de Gondar*;

* trabalhos em curso.

- No domínio do Turismo:

- Rota do Românico;
- Inauguração do Centro de Informação Turística;
- Edição de material de divulgação e promoção turística.

As **Outras Funções** absorveram 14% da despesa total destacando-se aqui, em abono do Princípio da Subsidiariedade, os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia e associações municipais.

As **Funções Gerais** absorveram 3% do total das despesas, com relevo para a aquisição de diverso equipamento para modernização administrativa (renovação do parque informático) e funcionamento dos serviços, nomeadamente a aquisição de aplicações para soluções *on line*.

10

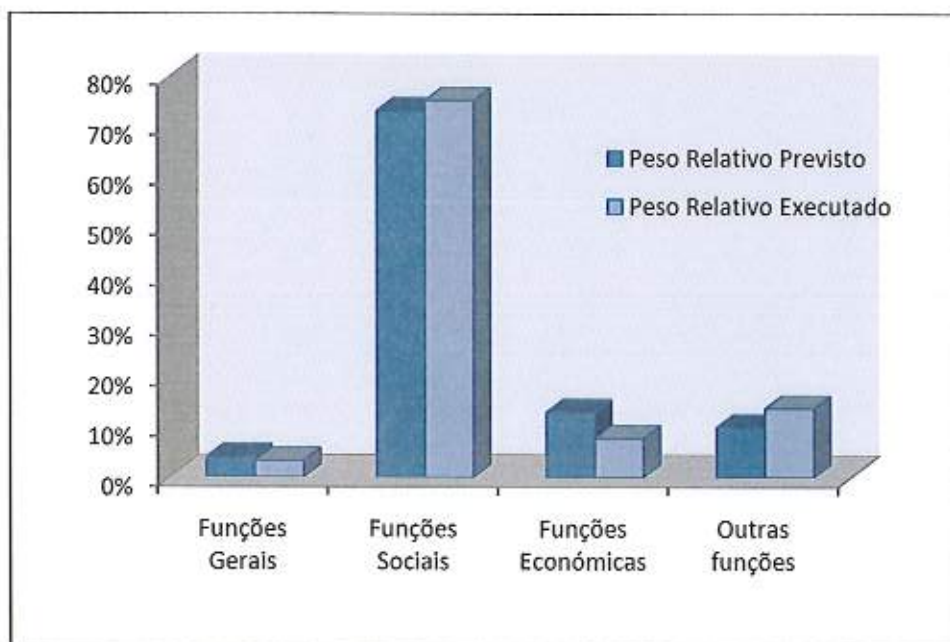
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

No ano de 2012, e em termos orçamentais, a execução financeira foi de 80,3%, a execução em termos físicos foi de 80,4% e de 86,6% em termos de lançamento de obras.

Todavia, tendo em conta o programa do Executivo para 2012, apesar dos desvios financeiros em termos absolutos, as grandes opções do plano para 2012 foram conseguidas pois constata-se que, em termos relativos, os valores obtidos foram sensivelmente iguais aos propostos.

Quadro n.º.1
Execução Orçamental das GOP's por Funções

Destino	Peso Relativo Previsto	Peso Relativo Executado
Funções Gerais	4,0%	3,3%
Funções Sociais	73,0%	75,1%
Funções Económicas	13,0%	7,8%
Outras funções	10,0%	13,8%



No quadro seguinte, pode-se observar a estrutura e execução das Grandes Opções do Plano (GOP's):

Quadro nº.2
Estrutura e execução das GOP'S

Objetivo Programa	Descrição	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira Anual %
1.	FUNÇÕES GERAIS	1.108.600,00	639.740,53	48,69%
1.1.0.	Serviços Gerais da Administração Pública	831.790,00	382.889,68	46,03%
1.1.1.	Administração Geral	831.790,00	382.889,68	46,03%
1.2.0.	Segurança e Ordem Públicas	276.810,00	156.850,85	56,66%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	276.810,00	156.850,85	56,66%
1.2.2.	Polícia Municipal			
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	16.190.108,00	12.196.851,03	75,34%
2.1.0.	Educação	8.030.222,00	6.948.732,09	86,53%
2.1.1.	Ensino Não Superior	5.820.222,00	4.900.105,35	84,19%
2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino	2.210.000,00	2.048.626,74	92,70%
2.2.0.	Saúde	255.080,00	150.739,49	59,09%
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	255.080,00	150.739,49	59,09%
2.3.0.	Segurança e ação sociais	97.500,00	70.769,83	72,58%
2.3.1.	Segurança Social	0,00	0,00	
2.3.2.	Ação Social	97.500,00	70.769,83	72,58%
2.4.0.	Habitação e serviços coletivos	5.424.420,00	4.011.498,89	73,95%
2.4.1.	Habitação	364.800,00	126.627,30	34,71%
2.4.2.	Ordenamento do território	807.720,00	164.980,62	20,43%
2.4.3.	Saneamento	1.223.450,00	1.060.317,35	86,67%
2.4.4.	Abastecimento de Água	2.008.450,00	1.718.549,64	85,57%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	749.000,00	691.023,98	92,26%
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	271.000,00	250.000,00	92,25%
2.5.0.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2.382.886,00	1.015.110,73	42,60%
2.5.1.	Cultura	1.139.115,00	483.985,80	42,49%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	1.243.771,00	531.124,93	42,70%
2.5.3.	Outras Atividades Cívicas e Religiosas			
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.654.001,00	1.265.312,30	47,68%
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00	0,00%
3.2.0.	Indústria e energia	31.120,00	19.142,56	61,51%
3.3.0.	Transportes e comunicações	2.111.880,00	1.074.404,45	50,87%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	2.111.880,00	1.074.404,45	50,87%
3.4.0.	Comércio e turismo	488.500,00	161.765,29	33,11%
3.4.1.	Mercados e Feiras	5.000,00		0,00%
3.4.2.	Turismo	483.500,00	161.765,29	33,46%
3.5.0.	Outras Funções Económicas	22.501,00	10.000,00	44,44%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	2.764.598,00	2.241.381,84	81,07%
4.2.0.	Transferências entre administrações	1.980.998,00	1.524.041,99	76,93%
4.3.0.	Diversas não especificadas	783.600,00	717.339,85	91,54%
TOTAL GERAL		22.717.307,00	16.243.285,70	71,50%

A implementação da contabilidade de custos sendo um instrumento fundamental no apoio ao processo de tomada de decisões de qualquer organização, pois visa fornecer a informação necessária à planificação e ao controlo de gestão, permite, entre outros, apurar os custos por funções.

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos custos imputados aos bens e serviços dentro de cada uma das quatro funções. Da análise global aos custos imputados por funções, verifica-se que a função social representa cerca de 64% dos custos totais o que confirma a missão social desenvolvida por uma organização desta natureza. Segue-se a função geral, que mede os custos com os serviços de apoio aos serviços principais desenvolvidos pelo Município, com um peso de 14% e a função económica com um peso de 13% nos custos totais. As outras funções, que incluem os apoios às juntas de freguesia e associações municipais, canalizam 9% dos custos totais apurados através da Contabilidade de Custos.

Quadro n.º 3
Resumo dos Custos por Funções resultantes da Contabilidade de Custos

Conta Funcional	Descrição	Valor	%
1	FUNÇÕES GERAIS	3.665.934,87 €	13,78%
1.1	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.380.010,16 €	13,06%
1.1.1	ADMINISTRACAO GERAL	3.380.010,16 €	13,06%
1.2	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	185.924,71 €	0,72%
1.2.1	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÉNDIOS	185.924,71 €	0,72%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	16.653.032,03 €	64,35%
2.1	EDUCAÇÃO	5.859.931,03 €	22,64%
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.908.615,17 €	11,24%
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	2.951.315,86 €	11,40%
2.3	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	238.940,36 €	0,92%
2.3.1	SEGURANÇA SOCIAL	0,00 €	0,00%
2.3.2	ACÇÃO SOCIAL	238.940,36 €	0,92%
2.4	SERVICIOS COLECTIVOS E HABITAÇÃO	7.993.209,29 €	30,89%
2.4.1	HABITAÇÃO	381.611,05 €	1,47%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	952.761,82 €	3,68%
2.4.3	SANEAMENTO E AGUAS PLUVIAIS	1.702.661,80 €	6,58%
2.4.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2.365.864,58 €	9,14%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.619.773,75 €	6,26%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV.	970.536,29 €	3,75%
2.5	SERVICIOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	2.560.951,35 €	9,90%
2.5.1	CULTURA	1.002.624,05 €	3,87%
2.5.2	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.558.327,30 €	6,02%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.256.581,44 €	12,58%
3.2	INDÚSTRIA E ENERGIA	1.245.532,14 €	4,81%
3.3	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.888.593,76 €	7,30%
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.888.593,76 €	7,30%
3.4	COMÉRCIO E TURISMO	121.640,15 €	0,47%
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	50.915,57 €	0,20%
3.4.2	TURISMO	64.599,91 €	0,25%
3.4.3	EVENTOS ECONÓMICOS	6.124,67 €	0,02%
3.5	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	815,39 €	0,00%
4	OUTRAS FUNÇÕES	2.404.000,77 €	9,29%
4.2	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	2.404.000,77 €	9,29%
	TOTAL GERAL	25.879.549,11 €	100,00%

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios e critérios contabilísticos definidos pelo POCAL, de acordo com as orientações contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) e ainda nos moldes tradicionais da Contabilidade Orçamental.

A análise Orçamental e Patrimonial compreende o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012.

Importará ainda salientar a diferença que existe entre os dois tipos de contabilidade para se compreender os resultados apresentados. Assim, enquanto que a contabilidade orçamental é vista numa ótica de caixa (recebimentos/pagamentos), a contabilidade patrimonial é vista numa ótica de resultados (custos/proveitos).

3.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

Analisando globalmente os documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2012, o orçamento registou uma taxa de execução global de 83%, com um comportamento similar entre os agregados das receitas e das despesas.

Quadro nº.4
Síntese da Execução Orçamental

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Receita	40.333.841,00	33.633.006,43	6.700.834,57	83%
Despesa	40.333.841,00	32.367.976,98	7.965.864,02	80%

No campo das receitas verificamos que a sua cobrança foi a descrita no quadro seguinte:

Quadro nº.5
Síntese da Execução Orçamental da Recelta

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Correntes	23.172.605,00	22.200.485,67	972.119,33	96%
Capital	16.602.831,74	11.416.546,72	5.186.285,02	69%
Outras Receitas	558.404,26	15.974,04	542.430,22	3%

Pela análise do quadro constatamos que:

- a arrecadação das receitas correntes foi de 22.200.486 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 96% face ao orçamento atual;
- a arrecadação das receitas de capital registou um desempenho menos eficaz, tendo-se cobrado 11.416.547 euros, o que representa uma taxa de execução de 69%.

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que estes apresentam um desempenho similar ao ocorrido com as receitas:

- as despesas correntes, no montante de 20.709.697 euros, registaram uma taxa de execução de 91%
- as despesas de capital apresentam uma taxa de realização de 66%.

Quadro nº6
Síntese da Execução Orçamental da Despesa

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	22.788.011,00	20.709.696,63	2.078.314,37	91%
Capital	17.545.830,00	11.658.280,35	5.887.549,65	66%

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2012, vemos que as entradas de fundos ascenderam a 36.327.284 euros, dos quais 33.633.006 euros têm origem em receitas orçamentais e 2.694.278 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

Considerando que a despesa global paga totalizou 35.220.949 euros, e a existência de um saldo inicial de 2.140.681 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será no valor de 3.247.016 euros.

Quadro nº.7

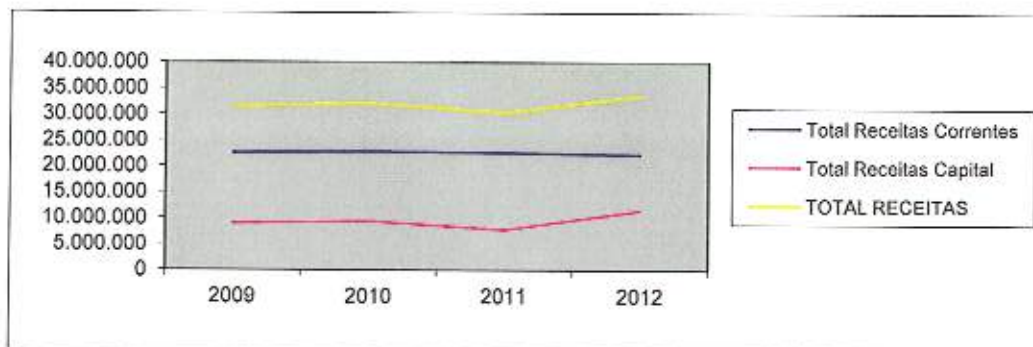
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2011	942.872,96	1.197.808,29	2.140.681,25
Receitas cobradas	33.633.006,43	2.694.277,76	36.327.284,19
Despesas pagas	32.367.976,98	2.852.972,08	35.220.949,06
Saldo a transitar para 2013	2.207.902,41	1.039.113,97	3.247.016,38

3.1.1 RECEITAS

Quadro nº.8
Evolução da Recelta por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2009		2010		2011		2012	
		Valor	Peso %	Valor	Valor	Peso %	Valor	Valor	Peso %
01	Impostos Diretos	4.669.892	14,8%	4.546.367	14,1%	4.973.041	16,4%	4.839.700	14,4%
02	Impostos Indiretos	377.259	1,2%	537.901	1,7%	285.177	0,9%	285.471	0,8%
04	Taxas Multas Outras Penalidades	867.218	2,8%	925.827	2,9%	1.009.355	3,3%	953.998	2,8%
05	Rendimentos de Propriedade	1.427.572	4,5%	1.480.086	4,6%	1.511.811	5,0%	1.472.766	4,4%
06	Transferências Correntes	12.152.274	38,6%	11.706.028	36,4%	11.303.858	37,2%	11.226.710	33,4%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	2.854.689	9,1%	3.344.462	10,4%	3.348.855	11,0%	3.308.149	9,8%
08	Outras Receitas Correntes	187.118	0,6%	254.153	0,8%	165.118	0,5%	113.691	0,3%
	Total Receltas Correntes	22.536.021	71,6%	22.794.824	70,9%	22.597.216	74,4%	22.200.486	66,0%
09	Venda de Bens de Investimento	49.501	0,2%	153.154	0,5%	282.700	0,9%	155.481	0,5%
10	Transferências de Capital	7.171.799	22,8%	6.187.532	19,2%	5.383.894	17,7%	9.929.682	29,5%
11	Ativos Financeiros	140.403		126.165		1.135		0	
12	Passivos Financeiros	1.533.850	4,9%	2.853.162	8,9%	2.051.246	6,8%	1.323.412	3,9%
13	Outras Receitas de Capital	55.705	0,2%	39.527	0,1%	38.070	0,1%	23.946	0,1%
	Total Receitas Capital	8.951.259	28,4%	9.359.541	29,1%	7.757.046	25,6%	11.432.521	34,0%
	Total das Receitas	31.487.280	100,0%	32.154.364	100,0%	30.354.261	100,0%	33.633.006	100,0%



As receitas totais atingiram o montante de 33.633.006 euros, o que significou um aumento de 3.278.745 euros (11%), relativamente ao ano anterior.

As receitas correntes atingiram o montante de 22.200.486 euros e foram alimentadas sobretudo pelos **impostos diretos, transferências correntes do Orçamento do Estado e pela prestação de serviços e licenciamento de operações urbanísticas**. As transferências correntes, no montante de 11.226.710 euros, representaram 51% do total das receitas correntes e respeitam, principalmente, às verbas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação fixa no IRS. Os impostos diretos constituíram 22% das receitas correntes e concorrem para este tipo de receita, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com 2.976.286 euros, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens (IMT) com 928.179 euros e o Imposto Único de Circulação com 934.924 euros.

Relativamente ao ano de 2011, constata-se **que as receitas correntes tiveram um decréscimo de 396.730 euros (2%)**, motivado pela diminuição da quase totalidade das rubricas, sendo de destacar as verificadas nas rubricas de impostos diretos (133.342 euros), transferências correntes (77.147 euros) e taxas, multas e outras penalidades (55.357 euros).

As receitas de capital atingiram o montante de 11.432.521 euros, verificando-se um acréscimo, relativamente ao ano anterior, de 3.675.475 euros. Tal variação foi motivada essencialmente pelo aumento em 4.545.787 verificado na rubrica de transferências de capital.

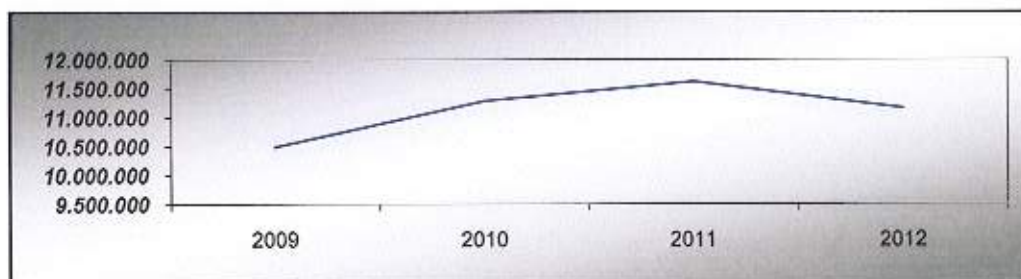
As receitas provenientes do Orçamento do Estado representaram 41% do total das receitas, sendo 22% das outras transferências, 33% de receitas próprias e 4% de receitas de empréstimos.

17

Quadro nº.9
Evolução das Receitas Próprias

(Un.: euros)

Designação	2009		2010		2011		2012	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Impostos Locais	5.047.150	48,1%	5.084.268	45,1%	5.258.219	45,3%	5.125.171	46,0%
Taxas Multas e Outras Penalidades	867.218	8,3%	925.827	8,2%	1.009.355	8,7%	953.998	8,6%
Rendtº. Propriedades	1.427.572	13,6%	1.480.086	13,1%	1.511.811	13,0%	1.472.766	13,2%
Venda Bens e Prestação de Serviços	2.854.689	27,2%	3.344.462	29,6%	3.348.855	28,8%	3.308.149	29,7%
Outras Receitas Correntes	187.118	1,8%	254.153	2,3%	165.118	1,4%	113.691	1,0%
Venda de Bens de Investimento	49.501	0,5%	153.154	1,4%	282.700	2,4%	155.481	1,4%
Outras Receitas de Capital	55.705	0,5%	39.527	0,4%	38.070	0,3%	23.946	0,2%
Total das Receitas	10.488.953	100,0%	11.281.477	100,0%	11.614.129	100,0%	11.153.202	100,0%



As receitas próprias, no montante de 11.153.202 euros, decresceram 460.926 euros (4%) relativamente ao ano anterior, e representaram 33% do total das receitas. Esta variação negativa está diretamente relacionada com a diminuição verificada nas rubricas da venda de bens de investimento, que registou uma descida de 127.219 euros, e de impostos locais – o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis registou uma quebra no valor de 334.869 euros. As receitas fiscais³ atingiram o montante de 6.079.169 euros, registando uma diminuição de 188.405 euros (3%) relativamente ao ano de 2011.

As receitas próprias de funcionamento⁴, com o montante de 22.355.967 euros, decresceram 2,3% face ao ano anterior.

³ As receitas fiscais são obtidas pelo somatório das rubricas dos impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

⁴ As receitas próprias de funcionamento são calculadas pelo somatório das receitas correntes com a venda de bens de investimento.

Quadro nº.10
Evolução das Transferências

(Un.: euros)

Designação	2009		2010		2011		2012	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
F.E.F.+ Part. IRS+F.S.M	15.093.635	78,1%	14.881.325	83,2%	14.485.937	86,8%	13.761.855	65,0%
Outras Transferências	4.230.438	21,9%	3.012.235	16,8%	2.201.815	13,2%	7.394.537	35,0%
Total das Receitas	19.324.073	100,0%	17.893.560	100,0%	16.687.752	100,0%	21.156.392	100,0%



As transferências, com o montante de 21.156.392 euros, cresceram 4.468.640 euros (27%), em relação ao ano anterior, representando as transferências do Orçamento de Estado 65% do seu total.

Em relação às receitas totais, as transferências contribuíram para 62% do seu valor.

Quadro nº.11
Evolução da Utilização de Empréstimos

(Un.: euros)

Designação	2009	2010	2011	2012
Médio e longo prazos	1.533.850	2.853.162	2.051.246	1.323.412
Caixa G. Depósitos	400.000	350.000	525.174	517.336
Caixa Agrícola	1.133.850	70.000	303.427	0
BPI	0	2.433.162	1.222.645	806.076
Curto Prazo	0	0	0	0
TOTAL	1.533.850	2.853.162	2.051.246	1.323.412

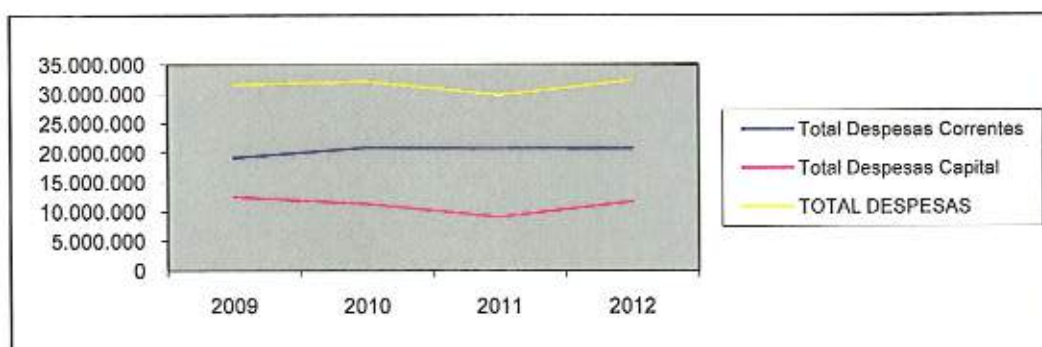
Durante o ano de 2012 e no que se refere à utilização de empréstimos de médio e longos prazos, o Município utilizou o montante de 1.323.412 euros. É ainda de salientar que não se recorreram a empréstimos de curto prazos.

3.1.2 DESPESAS

Quadro nº.12
Evolução da Despesa por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2009		2010		2011		2012	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Pessoal	9.256.196	29,3%	9.291.254	28,9%	9.446.589	31,6%	8.792.710	27,2%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	7.057.992	22,3%	8.976.543	27,9%	8.707.195	29,2%	9.209.614	28,5%
03	Encargos Correntes Dívida	278.309	0,9%	144.433	0,4%	228.752	0,8%	246.129	0,8%
04	Transferências Correntes	1.938.694	6,1%	1.977.103	6,1%	1.891.012	6,3%	2.017.194	6,2%
06	Outras Despesas Correntes	597.047	1,9%	496.108	1,5%	508.049	1,7%	444.050	1,4%
	Total Despesas Correntes	19.128.239	60,5%	20.885.441	64,9%	20.781.596	69,6%	20.709.697	64,0%
07	Aquisição Bens Investimento	7.842.168	24,8%	8.706.909	27,0%	5.373.769	18,0%	7.863.913	24,3%
08	Transferências Capital	2.728.466	8,6%	950.501	3,0%	1.534.160	5,1%	1.354.806	4,2%
09	Ativos Financeiros	0	0,0%	1.000	0,0%	638.868	2,1%	774.000	2,4%
10	Passivos Financeiros	1.915.362	6,1%	1.659.145	5,2%	1.530.563	5,1%	1.665.561	5,1%
11	Outras Despesas de Capital	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Total Despesas Capital	12.485.995	39,5%	11.317.555	35,1%	9.077.360	30,4%	11.658.280	36,0%
	TOTAL DESPESAS	31.614.233	100,0%	32.202.997	100,0%	29.858.956	100,0%	32.367.977	100,0%

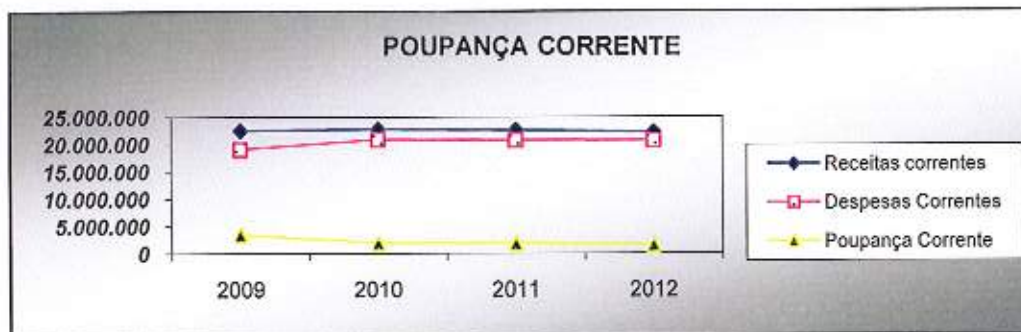


As despesas totais atingiram o montante de 32.367.977 euros, sendo as despesas correntes de 64% e as de capital de 36%. Em relação ao ano 2011, verifica-se um aumento em 2.509.021 euros (8%), motivada pelas rubricas de aquisição de bens de investimento, em 2.490.144 euros e da aquisição de bens e serviços correntes, no valor de 502.419 euros.

Quadro nº.13
Evolução da Poupança Corrente

(Un.: euros)

Designação	2009	2010	2011	2012
Receita Corrente	22.536.021	22.794.824	22.597.216	22.200.486
Despesa Corrente	19.128.239	20.885.441	20.781.596	20.709.697
Poupança Corrente	3.407.782	1.909.383	1.815.620	1.490.789



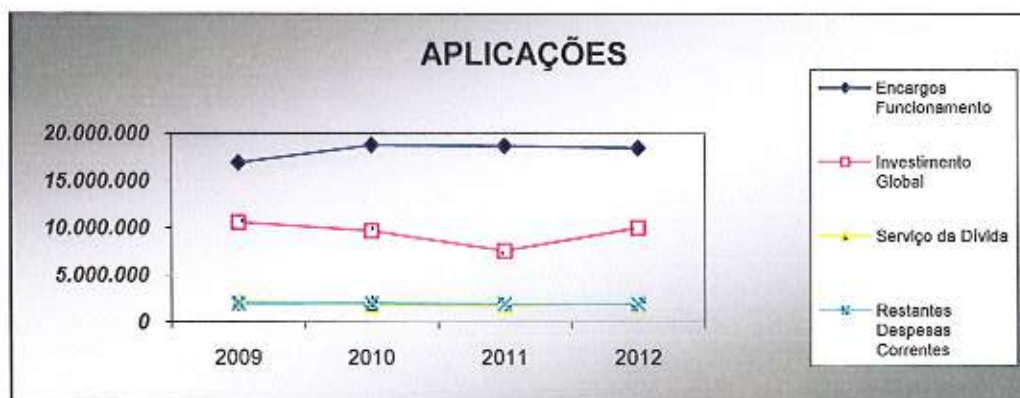
No cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, o orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas e as receitas correntes deverão ser pelo menos iguais às despesas correntes, permitindo encaminhar este saldo corrente para o financiamento de investimentos municipais.

Em 2012, a poupança corrente gerada no Município cifrou-se em 1.490.789 euros e apesar de um decréscimo no montante de 324.831 euros relativamente ao período anterior, conseguiu-se financiar 13% das despesas de capital.

Quadro nº.14
Evolução da Despesa por Agregados Económicos

(Un.: euros)

Designação	2009		2010		2011		2012	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Encargos de Funcionamento	15.430.588	52,5%	16.834.604	51,1%	18.661.833	62,5%	18.446.374	57,0%
Pessoal	8.271.538	28,1%	8.712.746	26,5%	9.446.589	31,6%	8.792.710	27,2%
Aquisição Bens e Serviços Correntes	6.849.575	23,3%	7.427.156	22,5%	8.707.195	29,2%	9.209.614	28,5%
Outras Despesas Correntes	309.475	1,1%	694.702	2,1%	508.049	1,7%	444.050	1,4%
Investimento Global	9.921.060	33,8%	11.396.786	34,6%	7.546.797	25,3%	9.992.719	30,9%
Investimento Direto	7.775.451	26,5%	8.206.426	24,9%	5.373.769	18,0%	7.863.913	24,3%
Transferências Capital	2.131.487	7,3%	2.952.903	9,0%	1.534.160	5,1%	1.354.806	4,2%
Outras Despesas de Capital	14.123	0,0%	85	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ativos Financeiros	0	0,0%	237.372	0,7%	638.868	2,1%	774.000	2,4%
Serviço da Dívida	2.636.493	9,0%	3.189.144	9,7%	1.769.314	5,9%	1.911.690	5,9%
Juros	556.524	1,9%	579.200	1,8%	228.752	0,8%	246.129	0,8%
Amortização	2.079.968	7,1%	2.609.944	7,9%	1.530.563	5,1%	1.665.561	5,1%
Restantes Despesas Correntes	1.397.118	4,8%	1.519.173	4,6%	1.891.012	6,3%	2.017.194	6,2%
Juntas de Freguesia	270.997	0,9%	343.800	1,0%	488.596	1,6%	411.075	1,3%
Associações Municipais	1.126.121	3,8%	1.175.373	3,6%	1.402.416	4,7%	1.606.119	5,0%
TOTAL DESPESAS	29.385.259	100,0%	32.939.707	100,0%	29.858.956	100,0%	32.367.977	100,0%



1) ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 18.446.374 euros, decresceram 215.459 euros (1%) relativamente ao ano de 2011, e representaram 57% do total das despesas do município.

a) ENCARGOS COM PESSOAL

Os encargos com pessoal, no montante de 8.792.710 euros (27% do total das despesas), decresceram 653.879 euros (7%) relativamente ao ano anterior.

A diminuição dos encargos com pessoal foi motivada, essencialmente, pelas restrições impostas pela Lei n.º 64-B/2011 (Orçamento de Estado para 2012), nomeadamente, as disposições relativas às reduções remuneratórias e à suspensão dos subsídios de férias e de Natal.

A 31 de dezembro de 2012 o quadro de pessoal do Município integrava 621 colaboradores, cuja contagem por cargo/ carreira segundo a modalidade de vinculação se apresenta no quadro seguinte.

Quadro n.º 15

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	TOTAL
Comissão de Serviço	16	0	0	0	0	16
CTFP por tempo indeterminado	0	36	115	365	4	520
CTFP a termo resolutivo certo	0	85	0	0	0	85
TOTAL	16	121	115	365	4	621

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que o género feminino se encontra em maioria (322 colaboradoras) e a média de idades dos colaboradores do Município é de 44 anos.

Foram providenciadas ações de formação e sensibilização regular e adequada aos colaboradores, visando a melhoria contínua das suas competências e do desempenho das funções que lhes são atribuídas. Em 2012 foram ministradas 5.394 horas de formação.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 57.382 euros.

Importa ainda referir que as receitas obtidas da atual DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para as auxiliares de ação educativa e docentes foram de 898.629 euros.

O trabalho extraordinário, no montante de 58.682 euros, registou uma diminuição de 35.839 euros, e deveu-se essencialmente ao serviço de recolha de resíduos sólidos, transportes escolares, avarias de água e reparações, bem como ao apoio na realização de atividades culturais e funcionamento das instalações desportivas.

Relativamente ao desempenho de alguns serviços de atendimento, é possível apresentar os dados constantes do quadro seguinte.

Quadro nº.16
Evolução de indicadores de desempenho de alguns serviços municipais

Designação	2009	2010	2011	2012
Urbanismo				
Nº. de notificações	4.460	5.544	6.913	5.846
Licenças de edificação	313	284	347	320
Autorizações de utilização	458	333	338	348
Nº. de pedidos de certidão de destaque	67	55	41	39
Nº de certidões diversas	246	467	428	154
Nº. de horários de funcionamento	117	161	149	133
Águas e Saneamento				
Instalação de novos contadores de água	1265	1479	1236	1346
Nº. de requisições para ligações à rede pública de água	358	235	396	297
Nº. de requisições para ligações à rede pública de saneamento	261	243	303	272
Nº de pedidos de esvaziamento de fossas sépticas	591	587	593	609
Novas ligações à rede pública de saneamento	931	962	1035	317
Contratação Pública				
Nº de contratos	100	87	65	81
Nº de bens inventariados	2012	844	539	3557
Nº. de requisições internas	6065	6180	9706	11073
Nº. de processos de aquisição	4018	4410	3659	4284
Nº. de notas de encomenda	3833	4400	4895	4049
Contencioso				
Nº de processos de execução fiscal entrados	14469	29169	16309	17023
Nº de processos de execução fiscal concluídos	3374	10279	8937	6999
Nº de processos de contra-ordenação entrados	109	322	410	267
Nº de processos de contra-ordenação concluídos	106	130	264	187
Ambiente e Espaços Verdes				
Taxa de recolha de resíduos relativamente aos indiferenciados	11,44%	10,39%	10,09%	9,16%
Comunicação				
Média diária de utilização dos Espaços Internet	36	28	33	38
Desporto				
Nº de utentes regulares dos Pavilhões e Complexo Desportivo da Costa Grande	s/ind	s/ind	74589	74879
Nº de utentes eventuais dos Pavilhões e Complexo Desportivo da Costa Grande	s/ind	s/ind	15032	15363
Nº de utentes da Escola Municipal de Natação	s/ind	s/ind	68905	61700
Nº de utentes de banhos livres, sauna e jacuzzi nas piscinas municipais	s/ind	s/ind	30779	36229
Ação Social e Juventude				
Nº de beneficiários da Medida Subsídio ao Arrendamento	174	112	117	102
Nº de jovens participantes na Medida Voluntariado Jovem	184	187	100	104
Cultura e Tempos Livres				
Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso				
Nº visitantes	13 599	11 989	12 529	9 825
Nº visitantes em grupo	5 068	5 408	5 152	4 083
Nº de exposições temporárias	5	5	5	4
N.º de visitantes das exposições temporárias	7 264	7 044	7 780	6 698
Arquivo Municipal de Amarante				
Consultas internas de documentação	19	14	121	121
Consultas externas de documentação	95	28	34	32
Biblioteca Municipal Albano Sardoelra				
N.º de leitores inscritos	247	257	180	174
N.º de documentos emprestados	4 070	4 895	3 991	4 935
Exposições	10	6	8	9
Pólo de Vila Meã (BMAS)				
Nº de documentos emprestados	537	670	452	855
N.º de leitores inscritos			47	27

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 8.792.710 euros, representando 39% do total das receitas correntes do ano anterior.

b) AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 9.209.614 euros, aumentou 502.419 euros (6%) relativamente ao ano de 2011.

Com o objetivo de melhor explicitar estas despesas, importa individualizar algumas das rubricas da aquisição de bens e serviços.

Assim, os transportes escolares consumiram 1.187.556 euros; as matérias-primas registaram um valor de 321.051 euros, os encargos correntes com as instalações municipais (eletricidade, água, condomínios, etc.) cifraram-se em 955.903 euros, os trabalhos especializados totalizaram 681.071 euros; os estudos e consultadoria foram de 46.506 euros; os seguros de viaturas e de outros bens tiveram um encargo de 115.148 euros; as comunicações atingiram o montante de 240.364 euros, os encargos de cobrança de receitas registaram um montante de 339.909 euros e os consumos de secretaria foram de 48.342 euros.

c) OUTRAS DESPESAS CORRENTES

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 444.050 euros, diminuiu 63.999 euros (13%) em relação ao ano de 2011. Saliente-se, neste agregado, o montante de 124.163 euros em restituições; 232.037 euros em realizações de interesse municipal e 6.634 euros com indemnizações.

2) INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 9.992.719 euros, tendo aumentado 2.445.922 euros (32%) em relação ao ano de 2011.

a) INVESTIMENTO DIRETO

O investimento direto da Autarquia, no montante de 7.863.913 euros, aumentou 2.490.144 euros (46%) relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

Quadro nº.16
Desagregação do Investimento Direto

(un.: euros)

Objetivo	Valor	Peso
Terrenos	335.395,00	4,3%
Reparação e beneficiação	25.120,06	0,3%
Instalações de serviços	19.836,78	0,3%
Instalações desportivas e recreativas	323.257,57	4,1%
Creches	55.626,41	0,7%
Escolas	4.760.660,90	60,5%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	982.107,45	12,5%
Esgotos	87.704,94	1,1%
Iluminação Pública	19.142,56	0,2%
Captação, tratamento e distribuição água	176.615,48	2,2%
Viação Rural	70.438,42	0,9%
Sinalização e trânsito	39.743,46	0,5%
Cemitérios		0,0%
Outras construções	99.850,11	1,3%
Outros edifícios	254.829,78	3,2%
Equipamento informático	29.303,21	0,4%
Software informático	49.432,62	0,6%
Equipamento de transporte	152.809,92	1,9%
Equipamento básico	41.048,03	0,5%
Ferramentas e utensílios	6.591,04	0,1%
Artigos e objetos de valor		0,0%
Investimentos incorpóreos	126.723,45	1,6%
Equipamento administrativo	13.653,40	0,2%
Maquinaria e equipamento		0,0%
Outras construções e infra-estruturas		0,0%
Outros investimentos	194.022,04	2,5%
TOTAL	7.863.912,63	100,0%

b) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 1.354.806 euros, representando um decréscimo de 179.354 euros (12%), em relação ao ano de 2011.

3) SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 1.911.690 euros, aumentando 152.376 euros (9%) relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 6% do total da despesa e 14% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.

4) RESTANTES DESPESAS CORRENTES

As restantes despesas correntes, no montante de 2.017.194 euros, cresceram 126.182 euros (7%), em relação ao ano anterior, sendo que 411.075 euros foram para as Juntas de Freguesia e 1.606.119 euros para Associações.

27

3.1.3 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. Endividamento Municipal

Quadro nº.17
Ativos e Passivos financeiros

CONTAS	(€)	
	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre
1 DISPONIBILIDADES	3.247.016,38	
11 Caixa	1.051,57	
12 Depósitos em instituições financeiras	3.245.964,81	
2 TERCEIROS	1.086.934,24	28.470.597,91
21 Clientes, contribuintes e utentes	1.086.934,24	0,00
212 Contribuintes, c/c	28.336,88	
213 Utentes, c/c	444.601,07	
217 Clientes e utentes c/ cauções		
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	613.996,29	
22 Fornecedores	0,00	0,00
221 Fornecedores, c/c		
23 Empréstimos obtidos		10.606.190,08
231 Em moeda nacional		10.606.190,08
2311 De curto prazo		0,00
23111 Empréstimos bancários		
23112 a 23119 (...)		
2312 De médio e longo prazo		10.606.190,08
23121 Empréstimos bancários		10.606.190,08
24 Estado e outros entes públicos		113.233,87
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
251 Devedores pela execução do orçamento		
252 Credores pela execução do orçamento		
26 Outros devedores e credores	23.993,60	955.693,39
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	954.844,95
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		
2612 a 2617 (...)		954.844,95
263 Sindicatos		848,44
268 Devedores e credores diversos	23.993,60	
27 Acréscimos e diferimentos	1.019.964,18	16.795.480,67
271 Acréscimos de proveitos	942.006,69	
272 Custos diferidos	77.957,49	
273 Acréscimos de custos		1.143.137,70
274 Proveitos diferidos		15.652.342,87
2741 a 2744 (...)		
2745 Subsídios para investimentos*		15.652.342,87
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		
2749 Outros proveitos diferidos*		
4 IMOBILIZAÇÕES	2.294.338,66	
41 Investimentos financeiros	2.294.338,66	
411 Partes de capital	2.294.338,66	
TOTAL	7.672.247,06	28.470.597,91
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	7.672.247,06	12.818.255,04

* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.

O endividamento líquido municipal atingiu, no final do ano de 2012, o valor de 5.146.008 euros e é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros. É de salientar que, e segundo orientações da Direcção Geral do Orçamento e da Direcção-Geral das Autarquias Locais, para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749, e daí que, no quadro acima, o total considerado para o cálculo do endividamento líquido reflita as mencionadas orientações.

No final do ano de 2012, a dívida referente a empréstimos de médio e longo prazos atingia o montante de 10.606.190 euros verificando-se que o total de 992.857 euros está excepcionado dos limites de endividamento municipal (art.º 39.º da lei das Finanças Locais).

Em termos de situação de endividamento em 31/12/2012, e em síntese, temos a seguinte situação:

Quadro nº18
Apuramento da situação de endividamento em 31/12/2012

Designação	Montante
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	10.606.190,08
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	5.146.007,98
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-70.708,11
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	992.856,82
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	9.613.333,26
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	4.082.443,05

Nos termos do disposto no artigo 66.º da Lei nº.64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012) o limite de endividamento líquido para cada município em 2012 é apurado do seguinte modo:

«1 – O valor do endividamento líquido de cada município em 31 de dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei nº. 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs. 22-A/2007, de 29 de julho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de julho, não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior.

2- No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no n.º.7 do presente artigo e no artigo 39.º, n.ºs 1 a 5 e 7, da Lei n.º.2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Julho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município».

Assim, tendo em conta o acima exposto, os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazos para o ano de 2012 são os seguintes:

1. Endividamento líquido: 6.268.481 euros;
2. Endividamento de médio e longo prazos: 10.199.988 euros.

Quadro n.º.19
Limites ao endividamento municipal - 2012

(un.: euros)

Designação	Montante
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.760.952,00
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	10.199.988,00
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	6.268.481,00

Perante o acima exposto relativo ao endividamento municipal, resulta que, no final do ano 2012, os limites referentes ao montante máximo para a dívida referente a empréstimos, quer de curto prazo, quer de médio e longo prazo e ao endividamento líquido total, tal como definidos na Lei das Finanças Locais, atingiram valores muito distantes do máximo permitido.

Quadro n.º.20
Situação face aos limites - 2012

ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Margem	1.806.368,24
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Margem	586.654,74
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Margem	2.186.037,95

3.2 ANÁLISE PATRIMONIAL

3.2.1 Balanço e Demonstração de Resultados

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		20	N/P	21	21
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	485.956,30		485.956,30	412.561,30
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	44.382.009,48	12.633.957,56	31.748.051,92	23.830.142,76
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
465	Imobilizações em curso	9.914.026,14		9.814.026,14	12.914.315,62
466	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		54.801.991,92	12.633.957,56	42.048.034,36	41.157.019,68
	Imobilizações incorpóreas				
	Despesas de instalação				
431	Despesas de investigação e de desenvolvimento	660.181,58	585.855,12	74.326,46	29.569,15
433	Propriedade industrial e outros direitos	576.865,05	451.688,02	125.177,93	49.296,32
439	Outras imobilizações incorpóreas				
443	Imobilizações em curso	383.109,44		383.109,44	383.109,44
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		1.620.156,07	1.037.543,14	502.612,83	461.973,91
	Imobilizações corpóreas				
	Terrenos e recursos naturais				
421	Edifícios e outras construções	14.039.767,05		14.039.767,05	13.717.767,05
422	Equipamento básico	61.326.098,47	11.447.680,51	49.878.417,96	46.856.642,91
423	Equipamento de transporte	4.012.824,79	3.328.377,87	684.446,92	664.694,02
424	Ferramentas e utensílios	2.383.900,45	1.811.149,04	572.751,41	565.122,60
425	Equipamento administrativo	291.303,67	217.749,13	13.554,54	17.377,32
426	Taras e vasilhame	888.752,60	793.267,07	55.491,53	107.983,90
427	Outras imobilizações corpóreas	2.672.814,37	1.864.265,61	808.548,76	820.247,69
429	Imobilizações em curso	7.500.479,56		7.500.479,56	7.339.619,33
442	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
448		92.855.940,96	19.462.483,23	73.393.437,73	70.169.454,01
	Investimentos financeiros				
	Partes de capital				
411	Obrigações e títulos de participação	2.294.338,66		2.294.338,66	1.520.338,66
412	Investimentos em imóveis	617.042,15	66.749,06	551.093,09	557.413,57
414	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		2.912.100,81	66.749,06	2.845.431,75	2.077.752,23
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	61.392,78		61.392,78	64.835,69
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermediários				
32	Merchandorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		61.392,78		61.392,78	64.835,69

BALANÇO

ANO 2012
FOL. 2

ENTIDADE		MUNICÍPIO DE AMARANTE		EXERCÍCIOS			
CÓDIGO IAS CONTAS	ATIVO	N			N - 1		
		20	A/P	AL	AL		
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos:(a)						
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo						
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:						
28	Empréstimos concedidos						
211	Clientes c/c						
212	Contribuintes c/c	28.336,89		28.336,80	46.381,01		
213	Utentes c/c	444.601,07		444.601,07	295.527,53		
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	613.996,29	521.944,50	62.051,79	85.166,83		
251	Devedores pela execução do orçamento						
229	Adiantamentos a fornecedores						
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado						
24	Estado e outros entes públicos	58.195,36		58.195,36	5.227,64		
264	Administração autárquica						
262+263+267+268	Outros devedores	178.787,92		178.787,92	523.937,32		
		1.323.917,52	521.944,50	801.913,02	956.266,39		
	Títulos negociáveis:						
151	Ações						
152	Obrigações e títulos de participação						
153	Títulos de dívida pública						
159	Outros títulos						
18	Outras aplicações de tesouraria						
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:						
12	Depósitos em instituições financeiras	3.245.964,81		3.245.964,81	2.139.600,46		
11	Caixa	1.051,57		1.051,57	1.080,79		
		3.247.016,38		3.247.016,38	2.140.681,25		
	Acréscimos e diferimentos:						
231	Acréscimos de proventos	942.006,69		942.006,69	183.217,41		
232	Custos diferidos	77.957,49		77.957,49	64.367,97		
		1.019.964,18		1.019.964,18	847.585,38		
	Total de amortizações		33.200.732,99				
	Total de provisões.....		521.944,50				
	Total do activo	157.722.560,62	33.722.677,49	123.999.883,13	117.875.518,73		

BALANÇO

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

ANO 2012
FAS. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDO PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIO	
		N	N - 1
	Fundo próprio:		
51	Patrimônio	86.983.290,82	84.543.777,76
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	2.315.667,74	2.187.273,89
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	1.830.321,24	1.830.321,24
576	Doações	2.065.136,70	2.065.136,70
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos		
59	Resultados transitados		
88	Resultado líquido em exercício	2.121.871,64	2.567.916,91
		95.316.296,54	93.194.429,60
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312	Empréstimos de M/L prazo	10.606.150,00	10.940.339,37
2613	Fornecedores em sistema de locação financeira	163.388,62	175.490,85
		10.769.538,70	11.115.830,22
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887	Credores diversos - contratos futuros		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		
24	Estado e outros entes públicos	171.479,23	181.087,62
264	Administração autárquica		
2618+262+263+267+	Outros credores	155.642,76	129.314,97
2612	Fornecedores de imobilizado c/ garantias	797.456,33	933.555,98
		1.119.578,32	1.263.958,57
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.143.137,70	1.123.211,14
274	Provetos diferidos	15.652.342,87	11.170.147,90
		16.795.480,57	12.293.365,04

BALANÇO

ANO 2012
FAS. 4

ENTIDADE		MUNICÍPIO DE AMARANTE		EXERCÍCIOS	
CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	N	N - 1		
	Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de custos				
274	Proveitos diferidos				
	Total do passivo	24.483.587,59	24.481.154,83		
	Total dos fundos próprios e do passivo	123.939.883,73	117.475.578,73		

CEGO EXECUTIVO
Em _____ de _____ de _____

CEGO DELIBERATIVO
Em 27 de mar de 13

[Handwritten signatures in blue ink]
 Antônio Augusto
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

[Handwritten signature in blue ink]
 Pedro Luiz Diniz [Signature]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Janeiro - Dezembro

ANO 2012
FÁG. 1

Código de Contas	Descrição	Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	1.088.133,87	1.088.133,87	1.003.921,43	1.003.921,43
62	Fornecimentos e serviços externos:		8.356.756,45		8.037.910,61
	Custos com o pessoal:				
641+642	Salaries	7.109.266,91		7.536.070,83	9.463.957,25
643 a 649	Encargos sociais	1.679.964,09	8.789.251,00	1.667.666,42	9.463.957,25
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1.939.924,31		1.799.059,01
66	Amortizações do exercício		3.481.292,96		3.063.760,52
67	Provisões do exercício		43.136,69		50.321,07
65	Outros custos operacionais		35.526,02		19.810,52
	(A)		23.714.023,30		23.437.740,48
68	Custos e perdas financeiros		213.915,97		249.188,37
	(C)		23.927.939,27		23.686.928,85
69	Custos e perdas extraordinários		1.470.450,42		1.675.164,45
	(E)		25.458.389,69		25.361.093,30
88	Resultado líquido do exercício.....		2.121.871,64		2.567.916,91
	(X)		27.580.261,33		27.929.010,21
	Proveitos e ganhos				
7111	Vendas e prestações de serviços:				
	Venda de mercadorias	23.523,95		30.887,86	
7112+7113	Venda de produtos	2.711.695,92		2.769.657,22	
	(B)		4.890.621,14	1.976.736,60	4.777.281,68
712+713	Prestações de serviços	2.155.393,27			
	()		4.890.621,14		4.777.281,68
72	Impostos e taxas		5.964.028,87		6.020.183,99
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				100,00
74	Transferências e subsídios obtidos		16.603.032,93		16.505.360,10
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		186.607,37		120.593,99
	(B)		27.644.490,31		27.423.519,76
78	Proveitos e ganhos financeiros		10.768,71		21.903,83
	(D)		27.655.259,02		27.445.509,79
79	Proveitos extraordinários		525.002,31		483.509,42
	(F)		27.580.261,33		27.929.010,21
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		3.330.467,01		3.985.779,28
	Resultados Financeiros: (D - E) - (C - A)		-263.147,26		-226.207,34
	Resultados Correntes: (D - C)		3.067.319,75		3.759.571,94
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		2.121.871,64		2.567.916,91

Em _____ de _____ de _____
[Assinatura]

Em 23 de 4 de 18
[Assinatura]

Antônio Augusto
Carlos Antônio da Costa

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados relevam a situação patrimonial e financeira do Município de Amarante em 31/12/2012, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com a redação dada por todas as alterações introduzidas.

Da análise das demonstrações financeiras constata-se que o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 evidencia um total de 123.999.883 euros e um total de fundos próprios de 95.316.296 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 2.121.872 euros, devidamente explicitado na Demonstração de Resultados e donde se extrai também o total de 27.580.261 euros de proveitos e ganhos e 25.458.390 euros de custos e perdas.

3.2.2 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2012 do Município de Amarante foram efetuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Amarante.

A numeração utilizada corresponde à que consta do referido diploma, sendo que os números em falta não se aplicam ou não existe informação a prestar.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Identificação: Município de Amarante

Número de Identificação Fiscal: 501102752

Endereço: Alameda Teixeira de Pascoaes - 4600-011 Amarante

geral@cm-amarante.pt

Regime financeiro: - POCAL – Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril;

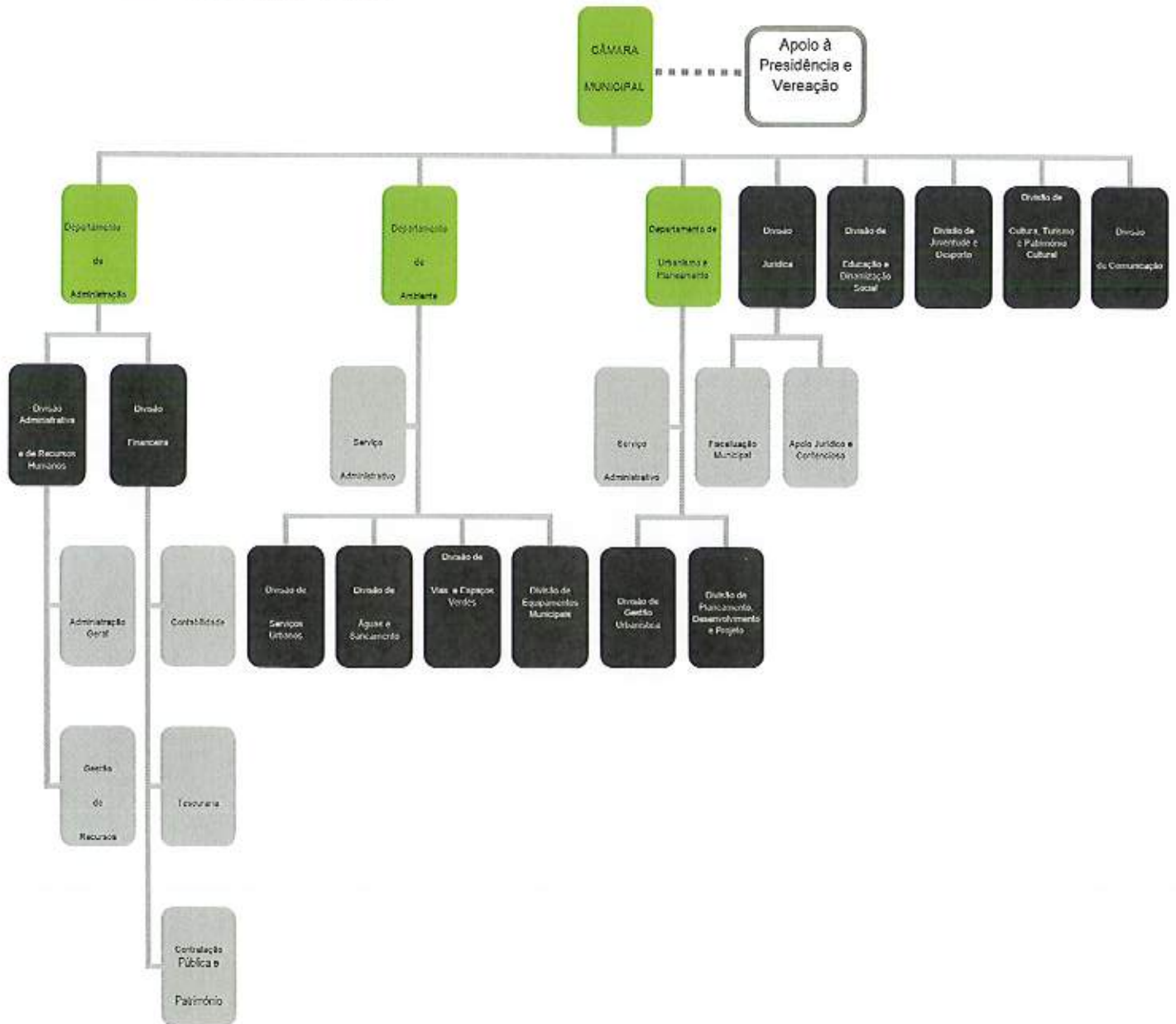
- Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

1.2 Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e Lei n.º 159/99, de 14 Setembro e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

1.3 Estrutura Organizacional Efetiva:

Em 31/12/2012, a estrutura organizacional, e de acordo o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal de 18/12/2010 e publicado na IIª Série do D.R. n.º.253 de 31/12/2010, define-se da seguinte forma:



Órgão Deliberativo: Assembleia Municipal

Órgão Executivo: Câmara Municipal

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

1.4 Descrição sumária das atividades:

Nos termos do artigo 13º da Lei n.º. 159/99, de 14 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e saneamento básico
- l) Defesa do Consumidor
- m) Promoção do desenvolvimento
- n) Ordenamento do território e urbanismo
- o) Polícia Municipal
- p) Cooperação externa

1.5 Recursos Humanos:

Presidente: Armindo José da Cunha Abreu

Vereadores:

- i. Abel António de Guimarães Coelho
- ii. Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente
- iii. Carlos Gonçalo Teixeira Pereira
- iv. Hélder José Magalhães Ferreira
- v. José Luís Gaspar Jorge
- vi. António Ferreira Soares Araújo
- vii. Jorge José de Magalhães Mendes
- viii. Carlos António da Silva Carvalho

Número de Membros da Assembleia Municipal: 81

Número de funcionários em 2012/12/31: 621

1.6 Organização Contabilística:

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de

Contabilidade das Autarquias Locais e obedecem ao Sistema de Controlo Interno aprovado em Reunião do Executivo de 03/09/2001.

Os serviços municipais estão informatizados desde 01/01/1995, respeitando todas as aplicações informáticas o disposto na legislação em vigor e sendo a empresa prestadora do serviço a Medidata, Sistemas de Informática e Engenharia, SA.

2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogados e dos respetivos efeitos no balanço e demonstrações de resultados.

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados relevam a situação patrimonial e financeira do Município de Amarante em 31/12/2012, em conformidade com os princípios contabilísticos e normas vigentes constantes do POCAL.

2.2 Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor

a) Imobilizações

- o Imobilizado corpóreo está registado ao custo de aquisição ou de produção, e inclui o IVA suportado sem direito a dedução.

- as imobilizações em curso estão valorizadas ao custo de construção, segundo a faturação parcial, incluindo o IVA suportado e que não confere direito à dedução;

- os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição;

- o cálculo das amortizações foi efetuado pelo método das quotas constantes e com base nas taxas normais e anuais definidas no Classificador Geral anexo à Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril;

b) Existências

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição e os métodos de custeio das saídas de armazém adotados foram o custo específico ou o custo médio ponderado, sendo que, no final do ano, atingiam o montante de 61.393 euros.

c) Terceiros

A classe de terceiros engloba as operações derivadas de relações com terceiros atendendo, simultaneamente, às diferentes espécies de entidades e às diversas naturezas de operações.

A rubrica de Dívidas de Terceiros regista o montante de 1.323.918 euros, sendo que a rubrica dos clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa atingiu o montante de 613.996 euros.

No que concerne à rubrica Dívidas a Terceiros, distinguiu-se a dívida de curto prazo, no montante de 1.118.528 euros, da exigível a médio e longo prazos, no valor de 10.769.579 euros, procedendo-se ainda, no caso da dívida de curto prazo, à desagregação da dívida pelos vários tipos de fornecedores, pelo Estado e outros entes públicos e outros devedores e credores; e no caso da dívida a médio e longo prazos á discriminação da parcela respeitante a Empréstimos Bancários e a bens adquiridos em regime de locação financeira.

d) Disponibilidades

O montante de 3.247.016 euros inclui as disponibilidades imediatas, nomeadamente, 1.052 euros em caixa e 3.245.965 euros em depósitos em instituições financeiras, sendo de notar que este valor total das disponibilidades não reflete as diferenças detetadas na reconciliação bancária das diversas contas, no montante de 398.970,70 euros.

Os depósitos em instituições financeiras apresentavam a desagregação seguinte.

40

Banco	Un:euros
Banco Espírito Santo	4.984,19
Banco Português de Investimento	21.580,72
Banco Santander Totta	19.145,34
Millennium BCP	85.562,28
Caixa Geral de Depósitos	2.690.207,63
Montepio	3.907,43
Banif	4.497,68
Crédito Agrícola	17108,84
TOTAL	2.846.994,11

e) Acréscimos e diferimentos

A Câmara Municipal de Amarante registou os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os subsídios para investimento associados a ativos amortizáveis (Fundos Comunitários e Protocolos com a Administração Central) foram registados na rubrica Proveitos Diferidos. O montante do subsídio ao investimento reconhecido anualmente como proveito é calculado com base nas amortizações dos bens subsidiados.

2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço expressas em moeda estrangeira

O Município de Amarante não tem rubricas expressas em moeda estrangeira.

2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

O resultado do exercício refere-se ao período Janeiro a Dezembro de 2012.

41

2.7 Ativo Bruto, Amortizações e Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões são o que se discrimina nos quadros seguintes:

Amortizações e Provisões

(un.: euros)				
Designação	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	10.578.526,28	2.055.431,28		12.633.957,56
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
	10.578.526,28	2.055.431,28	0,00	12.633.957,56
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	573.352,48	12.502,64		585.855,12
Propriedade industrial e outros direitos	411.996,95	39.990,38	299,31	451.686,02
Outras imobilizações incorpóreas				
	985.349,43	52.493,02	299,31	1.037.543,14
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	10.561.904,43	903.568,09	17.792,01	11.447.680,51
Equipamento básico	3.181.921,47	150.639,52	4.183,12	3.328.377,87
Equipamento de transporte	1.687.162,03	132.351,85	8.364,84	1.811.149,04
Ferramentas e utensílios	211.447,49	6.301,64		217.749,13
Equipamento administrativo	745.484,76	53.231,62	5.455,31	793.261,07
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	1.729.218,98	135.151,70	105,07	1.864.265,61
	18.117.139,16	1.381.244,42	35.900,35	19.462.483,23
De investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis:	60.428,58	6.320,48		66.749,06
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
	60.428,58	6.320,48	0,00	66.749,06

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	412.561,30		73.395,00			485.956,30
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	38.408.669,04		5.973.340,44			44.382.009,48
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso	12.914.315,82		1.391.655,32		4.491.945,00	9.814.026,14
Adiant. por conta de bens de domínio público						
	51.735.546,16	0,00	7.438.390,76	0,00	4.491.945,00	54.681.991,92
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	602.920,63		57.260,95			660.181,58
Propriedade industrial e outros direitos	461.293,27		115.893,58		321,80	576.865,05
Outras imobilizações incorpóreas						
Imobilizações em curso	383.109,44					383.109,44
Adiant. por conta de imobilizações incorpóreas						
	1.447.323,34	0,00	173.154,53	0,00	321,80	1.620.156,07
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	13.777.767,05		262.000,00			14.039.767,05
Edifícios e outras construções	57.418.547,34		3.767.839,78	60.288,65		61.126.098,47
Equipamento básico	3.846.615,49		170.424,64		4.215,34	4.012.824,79
Equipamento de transporte	2.252.284,63		139.980,66		8.364,84	2.383.900,45
Ferramentas e utensílios	228.824,81		2.478,86			231.303,67
Equipamento administrativo	853.468,66		41.246,44		5.962,50	888.752,60
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	2.549.466,86		123.474,30		126,79	2.672.814,37
Imobilizações em curso	7.359.618,33		5.561.840,40		5.420.979,17	7.500.479,56
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas						0,00
	88.286.593,17	0,00	10.069.285,08	60.288,65	5.439.648,64	92.855.940,96
De investimentos financeiros						
Partes de capital	1.520.338,66		774.000,00			2.294.338,66
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis:	617.842,15					617.842,15
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiant. por conta de investimentos financeiros						
	2.138.180,81	0,00	774.000,00	0,00	0,00	2.912.180,81

2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não foram efetuadas reavaliações porque não existem normas que as autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização, nos termos mencionados no ponto 4.1.11 do POCAL.

2.12 Valor global, relativamente às Imobilizações corpóreas de:

- Imobilizações em poder de terceiros
- Imobilizações reversíveis

Nº Inventário	Descrição do Bem	Valor Aquisição	Situação
786	ESCOLA PRIMARIA DE ESTREMADOURO - LOUREDO	39.439,11	CED
796	ESCOLA PRIMARIA DE BUSTELO DE CIMA - BUSTELO	39.841,34	CED
805	ESCOLA PRIMARIA DA BOAVISTA - GATAO	42.129,97	CED
808	JARDIM DE INFANCIA DA MADALENA	39.261,35	CED
811	ESCOLA PRIMARIA DA TORRE - OLO	51.036,94	CED
842	ESCOLA PRIMARIA DA FEITORIA - MADALENA	42.789,55	CED
1147	ESCOLA PRIMARIA DE CARVALHO DE REI	24.465,45	CED
2217	ESCOLA PRIMARIA DE MANHUFE 1 - MANCELOS	63.090,41	CED
2498	TERRENO, "QUINTA DE VINHAIS"	49.630,39	CED
2603	TERRENO NA BAZEIRA	17.058,89	CED
2617	ESCOLA PRIMARIA DO OUTEIRO - CARNEIRO	48.544,13	CED
2622	ESCOLA PRIMARIA DA IGREJA - VILA GARCIA	38.661,78	CED
2624	ESCOLA PRIMARIA DA FONTE - TRAVANCA	69.607,89	CED
3506	TERRENO DO NOVO PARQUE DE CAMPISMO	15.971,15	CONC
3507	PARQUE DE CAMPISMO	115.798,36	CONC
3968	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - GATAO	61.435,27	CED
4873	TERRENO DA ESCOLA PRIMARIA DO ALTO DA LIXA - FREIXO DE CIMA	43.131,05	CED
4874	ESCOLA PRIMARIA DO ALTO DA LIXA - FREIXO DE CIMA-CEDIDA	58.272,43	CED
5036	ESCOLA PRIMARIA DE MURGIDO - CANDEMIL	74.395,70	CED
5058	ESCOLA PRIMARIA DE SUBACELO/ FREIXO DE BAIXO	123.560,31	CED
9631	ESCOLA PRIMARIA DA PORTELA-ABOIM	36.000,58	CED
9633	ESCOLA PRIMARIA DE CHEDAS-GONDAR	48.245,57	CED
9635	ESCOLA PRIMARIA DE OVELHINHA-GONDAR	36.348,07	CED
9832	ESCOLA PRIMARIA DA ESTRADINHA - TELOES	54.888,75	CED
9833	ESCOLA PRIMARIA DO PENEDO - TELOES	43.162,11	CED
11898	ESCOLA PRIMARIA DA POVOA - ANSIAES	47.409,13	CED
11902	ESCOLA PRIMARIA DE TRAVANCA DO MONTE - BUSTELO	25.497,39	CED
11911	ESCOLA PRIMARIA DE GIAO - CANDEMIL	54.181,96	CED
11915	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - FIGUEIRO SANTIAGO	67.362,90	CED
11956	ESCOLA PRIMARIA DE CAMPO VILAR - SANCHE	44.191,61	CED
11957	ESCOLA PRIMARIA DE LAMACEIRO - TELOES	39.454,64	CED
11959	ESCOLA PRIMARIA DE TODEIA - TELOES	78.743,59	CED
11978	ESCOLA PRIMARIA DE RIBEIRA - VILA CHA	61.193,80	CED
12140	TERRENO LOTE N.2 DO ALVARA DE LOT. N.12/91	23.792,66	CED
12142	TERRENO LOTE N.8 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE	465,78	CED
12143	TERRENO LOTE N.7 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	466,83	CED
12146	TERRENO LOTE N.4 DO ALVARA DE LOT. N.12/91 - TELOES	49.879,79	CED
12147	TERRENO LOTE N.5 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	477,65	CED
12149	TERRENO LOTE N.1 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	1.892,44	CED
12246	TERRENO LOTE N.2 DA BOUCA DO POMBAL CEDIDO A CERCIMARANTE - S. GONCALO	69.831,71	CED
12247	TERRENO COM 1960M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1.247,00	CED
12266	TERRENO COM 1310M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1.247,00	CED
12280	TERRENO COM A AREA DE 2290M2 SITO NO LUGAR DE OÚTEIRO - LOUREDO	1.713,37	CED
12281	TERRENO COM A AREA DE 1110M2 SITO NO LUGAR DA BOUCA DA CRUZ - LOUREDO	1.354,24	CED
12285	TERRENO LOTE N.1 DO ALVARA DE LOT.12/91 - TELOES	21.697,71	CED
17871	TERRENO LOTE N.3 DA BOUCA DO POMBAL	46.590,22	CED
17872	TERRENO LOTE N.4 DA BOUCA DO POMBAL	48.034,24	CED
17873	TERRENO LOTE N.5 DA BOUCA DO POMBAL	42.781,90	CED
27733	TERRENO - PARCELA DO LOTEAMENTO 23/98 - GONDAR	63.810,00	CED
30364	TERRENO LOTE N.1 DA BOUCA DO POMBAL	51.013,47	CED
30731	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	293.070,07	CED

2.13 Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Designação do Bem	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico
Autocarro Volvo	246.328,43	150.685,05
Citroen C6	62.691,08	43.998,77
Citroen Jumper	36.943,41	33.249,07
Toyota	75.645,00	68.080,50

No final do ano de 2012, o valor total dos contratos em regime de locação financeira referente a diversas viaturas ascendia a 571.018 euros e o capital em dívida era de 163.389 euros.

Nº Contrato	Designação	Entidade Locadora	Datas do Contrato		Nº de Rendas		Valor aquisição bem c/ IVA	Valor Residual	Capital em dívida a 31/12/2012
			Início	Fim	Pagas	Em falta			
340370	Retro-Escavadora	Caixa Leasing e Factoring, SA	20-08-2008	20-05-2012	16	0	65.167,33	1.348,70	0,00
352750	Autocarro Volvo B12B. Matricula 39-HZ-66	Caixa Leasing e Factoring, SA	10-12-2009	10-09-2013	13	3	246.328,43	9.853,14	53.014,78
400093554	Viatura Presidência Citroen C6. Matricula 75-IS-01	Banco Comercial Português, SA	01-06-2010	01-03-2014	11	5	62.691,08	1.253,82	21.864,31
171692	Ford Ranger 2.5TDi 4X4 CAB DUPLA. Matricula 31-FA-85	Santander, Leasing	15-04-2008	15-01-2012	16	0	23.016,79	476,87	0,00
198708	Citroen Jumper 2.2 HDI 33 L3H2 Vidrado Matricula: 12-MO-71	Santander, Leasing	15-05-2012	15-02-2016	3	13	36.943,41	738,87	30.746,72
198819	Toyota Dyna DY L CL 75.34 Matricula: 52-MN-40	Santander, Leasing	16-02-2012	15-01-2016	4	12	75.645,00	1.512,90	57.762,81
30028028	OPEL Astra Edition 1.7 CDTI. Matricula 56-FR-83	BBVA	24-08-2008	24-05-2012	16	0	21.247,51	1.375,36	0,00
30028090	Ford Ranger 2.5 TDCI CD XL. Matricula 32-FQ-52	BBVA	25-08-2008	25-05-2012	16	0	22.095,53	1.430,26	0,00
30028811	ISUZU MODELO D-MAX 2.5 CH/CAB/LONG 4X2 L4. MATRICULA 24-GB-35.	BBVA	24-11-2008	24-08-2012	16	0	17.882,55	1.155,79	0,00
TOTAL							571.017,64	19.145,71	163.388,62

2.14 Indicação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das respetivas razões

Bem	Justificação da não valorização
Edifício do Solar dos Magalhães	Avançado estado de degradação e desconhecimento do seu custo de aquisição
Bens classificados como: "Obras de arte; móveis antigos; coleções e antiguidades"	Dificuldade de avaliação dada a natureza subjetiva dos bens

2.15 Indicações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

Os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras dizem apenas respeito aos resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos posteriores ao ano de 2003.

2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios

Entidade	Sede	Parcela detida (Euros)	Capitais próprios em 31/12/2012 (Euros)	Resultado exercício 2012 (Euros)
Camargi-Meladuro Reg. Vale Sousa e Bolo Tâmega	Penafiel	138.510,00	6.240.618,90*	(8.368,38)*
Agência Desenvolmento Regional Entre Douro e Tâmega	Amarante	45.370,88	*	*
RESNORTE	Cabrizo de Basto	244.470,00	12.566.665,00	480.298,00
Parques do EDT	Amarante	100.000,00	*	*
Ereino Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA	Amarante	249.748,00	604.528,49*	(136.008,83)*
Águas do Noroeste, SA	Barcelos	341.240,00	63.177.000,00	457.285,93
Águas Douro e Paiva	Porto	624.000,00	30.612.470,29	2.404.636,07

2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço

O Município de Amarante não possui «Títulos negociáveis» nem elementos suscetíveis de serem incluídos na rubrica «Outras aplicações de tesouraria».

2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do ano era de 613.996 euros.

2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora

As dívidas da Autarquia para com o Estado encontram-se dentro dos prazos legais para pagamento sem quaisquer encargos adicionais.

2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança:

Contas de Ordem

Designação das contas	Saldo da Gerência anterior		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e cauções		2.955.963,67		2.109.157,85
Recibos para cobrança		563.992,64		613.996,29

2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Cód. das Contas	Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões cobranças duvidosas	478.805,81	43.138,69		521.944,50

2.28 Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 - Fundo Patrimonial, constantes do balanço

Os Fundos Próprios em 31/12/2012 apresentavam o montante de 95.316.296 euros, sendo que 2.121.872 euros diziam respeito ao Resultado Líquido do Exercício e 86.983.299 euros à rubrica do Património.

2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	64.835,68
Compras	1.084.690,97
Existências finais	61.392,78
Custos no exercício	1.088.133,87

2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
681	Juros suportados	246.023,21	228.674,63	781	Juros obtidos	10.768,71	21.196,03
683	Amortizações de Investimentos em imóveis	6.320,48	6.320,54	782	Ganhos em entidades participadas		785,00
688	Outros custos e perdas financeiros	21.572,28	13.193,20				
TOTAL		273.915,97	248.188,37	TOTAL		10.768,71	21.981,03

2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
691	Transferências capital concedidas	1.354.806,43	1.534.160,31	791	Restituição de Impostos	7.934,72	7.934,72
693	Perdas em existências	43.080,26	2.412,11	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações		63.403,57	794	Ganhos em imobilizações	97.388,82	97.388,82
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	41.286,56	41.286,56
697	Correções relativas a exercícios anteriores	15.540,64	62.662,61	797	Correções relativas a exercícios anteriores	15.419,64	15.419,64
698	Outros custos e perdas extraordinários	57.023,09	12.505,85	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	321.479,68	321.479,68
TOTAL		1.470.450,42	1.675.164,45	TOTAL		525.002,31	483.509,42

2.33 Outras informações adicionais:**Indicadores financeiros mais significativos:**

Indicadores Financeiros

Resultados	2010	2011	2012
Operacionais	4.869.074,42	3.985.779,28	3.330.467,01
Financeiros	-151.528,67	-226.207,34	-263.147,26
Correntes	4.717.545,75	3.759.571,94	3.067.319,75
Extraordinários	-383.033,17	-1.191.655,03	-945.448,11
Líquidos do exercício	4.334.512,58	2.567.916,91	2.121.871,64

Resultados Operacionais:

- o conjunto dos proveitos operacionais, que em 2012 representou cerca de 97% dos proveitos globais do Município, está fortemente condicionado pela evolução dos impostos e taxas (imposto municipal sobre imóveis, imposto sobre veículos, imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens e taxas e loteamentos), das vendas e prestação de serviços e das transferência e subsídios obtidos;

- nos custos operacionais, que representam 93% dos custos totais, salientam-se os inerentes ao pessoal, os fornecimentos e serviços externos, as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais e as amortizações do exercício;

Resultados Financeiros:

- em 2012, os resultados financeiros apresentam um valor negativo de 263.147 euros. Os proveitos financeiros, que incluem juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo e rendimentos de imóveis registaram o valor de 10.769 euros, e revelaram-se insuficientes para cobrir os custos financeiros, no valor de 273.916 euros;

Resultados Extraordinários:

- os resultados extraordinários apresentam um valor negativo de 945.448 euros; nos custos extraordinários que ascenderam a 1.470.450 euros, as componentes que mais sobressaíram foram as relativas a transferências de capital para as Freguesias e Associações Municipais e as indemnizações pagas;

- Relativamente aos proveitos extraordinários, que atingiram 525.002 euros, evidenciaram-se os ganhos em imobilizações, benefícios de penalidades contratuais e as transferências de capital.

Rácios de Rendibilidade:

Rácios	2010	2011	2012
Rendibilidade dos capitais próprios	4,8%	2,8%	2,2%
Rendibilidade dos capitais totais	4,3%	2,5%	2,0%
Rendibilidade do ativo total	3,8%	2,2%	1,7%
Rendibilidade do ativo fixo	3,9%	2,3%	1,8%
Rendibilidade das vendas e prest. Serv.	90,1%	53,8%	43,4%
Rendibilidade dos investimentos	4,2%	3,4%	2,7%

A taxa de rendibilidade dos capitais próprios, que corresponde à aptidão da entidade para libertar meios financeiros que assegurem não só a renovação dos instrumentos de produção, como também o seu crescimento e a remuneração dos capitais do Município, apresenta valor positivo.

Por seu turno, todas as outras rendibilidades seguem esta tendência positiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a análise traçada das atividades, da execução orçamental e da situação patrimonial da Câmara Municipal referente ao ano de 2012, devidamente enquadrada pelas inúmeras limitações financeiras, económicas e técnicas com que se deparou ao longo do ano, bem como ao facto de todos os indicadores legais e obrigatórios terem sido cumpridos e os objetivos a que o Executivo se propôs terem sido globalmente conseguidos, julgo estarem reunidas as condições objetivas para que estes documentos sejam apreciados favoravelmente.

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Dispõe ainda aquela norma que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas legais", no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício e que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta Património corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Nesta conformidade, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício tenha a aplicação mencionada no quadro seguinte.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	
Resultado Líquido	2.121.871,64
Reservas Legais	106.093,58
Património	2.015.778,06

Paços do Município de Amarante, 3 de abril de 2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Armando José da Cunha Abreu
Armando José da Cunha Abreu

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

<http://www.cm-amarante.pt/>



52